



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

Paulo Carneiro: Legados de um Brasileiro na UNESCO

Danielli Cristina Burigo

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Rodrigo Pires de Campos

Brasília

2020

Resumo: O artigo busca inspiração na vida e obra do brasileiro Paulo Carneiro, grande nome por trás da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em seus trabalhos em diversas áreas de mandato desta Organização. No intuito de demonstrar a contribuição de certos indivíduos para processos políticos internacionais, o artigo explora conceitualmente a questão do nível individual entre os três níveis de análise clássicos para o campo de estudo das Relações Internacionais: indivíduo, Estado e sistema. Os resultados das pesquisas apontam para a importância de Paulo Carneiro na concepção, formulação e implementação de regimes e políticas de amplo alcance mundial no âmbito da UNESCO, reforçando, em última instância, a necessidade de retomada de estudos com foco no nível individual para a compreensão mais integrada e holística das Relações Internacionais do passado, do presente e do futuro.

Palavras-chave: Nível de análise individual – Paulo Carneiro – UNESCO

Abstract: The article seeks inspiration in the life and work of the Brazilian Paulo Carneiro, a great name behind the creation of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and in his work in the various areas of mandate of this organization. In order to demonstrate the contribution of certain individuals to political international processes, the article conceptually explores the issue of the individual level among the three levels of classical analysis for the field of study of International Relations: individual, State and system. The results of the research point to the importance of Paulo Carneiro in the definition, formulation and implementation of regimes and policies of global reach in the scope of UNESCO, reinforcing, in the last instance, the need to resume studies focusing on the individual level for a more integrated and holistic approach of the International Relations from the past, present and future.

Keywords: Individual level of analysis - Paulo Carneiro - UNESCO

Introdução

Este artigo pretende analisar a vida e a obra do brasileiro Paulo Carneiro, em especial em sua atuação no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Paulo Carneiro foi um dos grandes nomes por trás da criação desta Organização e da formulação e implementação de algumas de suas políticas internacionais mais influentes até os dias de hoje. Paulo Carneiro participou das discussões que antecederam a criação da UNESCO e esteve presente na assinatura do seu ato constitutivo. Foi delegado do Brasil junto à organização, embaixador e esteve no Conselho Executivo da organização por vinte e oito anos. O estudo tem como objetivo conhecer mais da vida e em especial da atuação profissional de Paulo Carneiro no âmbito da UNESCO desde sua criação e durante o contexto internacional do pós-guerra, buscando destacar o trabalho e a obra deste brasileiro que influenciou e inspirou ações nas diversas áreas de mandato desta Organização.

Apesar de sua destacada relevância e prestígio dentro da UNESCO e do inquestionável legado de sua obra para a humanidade, Paulo Carneiro não recebe muita atenção no campo de estudo das Relações Internacionais. Estudos sobre ele, os poucos existentes, emergem de outras áreas da Ciência como a ciência política, a saúde e a história. Exemplo de estudos dessa natureza no Brasil é a obra organizada por Marcos Chor Maio do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, intitulada “Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro”.

A obra organizada por Maio (2004) conta com vários capítulos que exploram aspectos da vida e da obra de Paulo Carneiro no Brasil e, em especial, como integrante da sede da UNESCO em Paris. Da leitura da obra logo se depreende o alcance mundial das ações desse brasileiro em sua intensa e incansável luta pela promoção da ciência e da cultura como instrumentos de paz para toda a humanidade. Seus feitos e as posições relevantes que ocupou nessa amplamente conhecida organização das Nações Unidas contrastam com a pouca atenção dada a ele na literatura de Relações Internacionais no Brasil. Neste sentido, este estudo é uma tentativa, ainda que de alcance restrito, de auxiliar na retomada e superação dessa lacuna nas Relações Internacionais.

Conceitualmente e teoricamente, a lacuna pode se explicar por vários motivos. Entre eles, um equivocado, e de certa forma generalizado, desinteresse pelo nível de

análise individual no campo de estudo das Relações Internacionais. A ausência da dimensão individual nesse campo de estudo decorre de vários fatores. Entre eles, a proposição e a consolidação da estrutura de análise de conflitos internacionais ao final dos anos 1950 e 1970 fundamentada basicamente em três categorias ontológicas – “Indivíduo-Estado-Sistema”.

Um dos responsáveis por inaugurar a ideia de níveis de análise para o campo de estudo das Relações Internacionais, Kenneth Waltz, concebeu e desenvolveu ao longo de sua vida três imagens (indivíduo, Estado e sistema) para apoiar o desenvolvimento teórico do campo. Ao seu trabalho, equivocadamente, atribui-se a ideia de que o nível individual seria menos importante para a análise dos fenômenos internacionais diante dos dois outros níveis (Estado e sistema). Buzan (1995) já alertava para a interpretação equivocada da obra de Kenneth Waltz, destacando que atribuir uma menor importância e/ou relevância ao nível individual seria um equívoco.

Um resultado negativo da confusão entre o argumento epistemológico sobre holismo/reduccionismo, e o debate sobre níveis de análise é que ele gerou um confronto desnecessário entre estruturalistas e analistas de política externa. A questão central foi se as explicações estruturais eram pensadas como determinísticas ou não. Em caso afirmativo, a análise da política externa como uma abordagem corrente ao estudo das relações internacionais era drasticamente desvalorizada. *Muitos assumiram Waltz como um estruturalista determinista, e interpretaram Theory of International Politics como um abandono de abordagens reducionistas para a análise. Waltz, entretanto, estava completamente ciente de que causas estruturais não poderiam nunca oferecer mais do que uma explicação parcial para resultados internacionais* (p. 212-213) (Ênfase da autora).

Sobre o assunto, Buzan (1995, p. 213, ênfase da autora) ainda ressalta que:

A questão que importa na teoria das relações internacionais é que unidades de análise e que fontes de explicação nos dizem mais sobre um dado evento ou fenômeno qualquer. *Nenhum nível de unidade ou fonte de explicação é sempre dominante na explicação de eventos internacionais.*

Ao assumir esta perspectiva deixamos de lado uma série de *questões irrelevantes sobre quem vence, se o nível unitário vai ressurgir ou não, ou se é “hora de trazer o estado de volta”*. [...] Nas relações internacionais, em geral, *todos os níveis são fortes nas questões de análise*. O que importa na teoria é: se duas ou mais unidades e fontes de explicação operam em conjunto, e como elaborar essas análises para promover o entendimento do todo?

Exemplos da interpretação equivocada em torno do nível individual na literatura especializada são muitos. Segundo Resende (2004, p. 186), o livro publicado por Waltz em 1959, resultante de sua tese de doutorado concluída em 1954, reduziria a importância dos níveis de análise individual e doméstico frente ao nível sistêmico. Como afirma o autor:

[Sobre o primeiro nível] Waltz analisa criticamente diversos modelos da área da ciência do comportamento humano que visam a promoção da paz. *O autor demonstra que a tentativa de se explicar tudo pela psicologia fez que não se conseguisse explicar coisa alguma*; apontando a necessidade de se usar a análise política para complementar e organizar as descobertas da psicologia na compreensão das causas da guerra.

[Sobre o segundo nível] Waltz apresenta criticamente a concepção liberal das Relações Internacionais, argumentando que a prescrição liberal é impraticável porque sua análise é inadequada – o problema da guerra, assim como na primeira imagem, pressupõe a possibilidade de perfeição das unidades. (Resende, 2004, p. 186) (Ênfase da autora)

Em outra resenha sobre a grande obra de Kenneth Waltz publicada em 1979, *Theory of International Politics*, Lobo-Fernandes (2004) conclui que:

Nessa concepção sistêmica, a liberdade de um Estado é limitada pelas ações de todos ou outros. *A explicação dada pela terceira imagem é definitiva porque considera o ambiente anárquico em que os Estados se encontram, não se baseando em irracionalidades do homem ou defeitos dos Estados* (LOBO-RESENDE, 2004, p. 186). (Ênfase da autora)

A autora do presente artigo atua na UNESCO há um ano e meio. Sua decisão de buscar um curso de especialização em Relações Internacionais fundamentou-se em seu encantamento pelo campo de estudos. Durante o curso, em especial por meio da disciplina de Cooperação Internacional, tomou contato com a vida e a obra de Paulo Carneiro. Encantada por biografias, logo se interessou mais em ler sobre o brasileiro e sua marcante passagem pela UNESCO. Ao mesmo tempo em que se interessava pelo tema, questionava-se sobre a razão da preponderância dos níveis de análise sistêmico e doméstico em detrimento do individual no campo de estudo. A preponderância daqueles níveis levou-a a questionar-se se uma pesquisa sobre a vida e a obra de Paulo Carneiro seria efetivamente uma pesquisa “das Relações Internacionais”. Procurou conhecer mais sobre as origens dos níveis de análise e suas interpretações no campo de estudo. Ao reconhecer a tendência equivocada, não só no Brasil, mas em todo o mundo, de se reduzir a importância do nível individual em análises das relações internacionais, fortaleceu-se em seu propósito de pesquisar mais a fundo a vida e a obra de Paulo Carneiro.

Desde o início das pesquisas, a autora gradualmente tomou consciência da relevância de Paulo Carneiro na história da UNESCO e de seu legado até os dias atuais. Seu nome é recorrentemente citado em reuniões e eventos entre altos escalões da instituição no Brasil e no mundo; seu legado lembrado em momentos de reflexão conjunta acerca do futuro da Organização. Não se pode ignorar o nome de Paulo Carneiro quando o assunto é a cooperação internacional em educação, ciência, e cultura

para a paz mundial. Sua passagem pela UNESCO e todo seu legado trazem a certeza da relevância de se debruçar mais sobre o nível individual em análises sobre a formulação e a implementação de políticas educacionais, científicas e culturais internacionais para a paz mundial. Sua história resgata um pouco do sentido da importância da formação de pessoas em Relações Internacionais com um senso de capacidade, autonomia, e também responsabilidade para atuação no ou sobre o internacional.

Nesse sentido, este estudo debruça-se sobre a vida e a obra de Paulo Carneiro, fundamentado na ideia de que, sim, é necessário estimular e desenvolver estudos sobre o papel de pessoas que, como ele, promoveram mudanças no sistema internacional por meio da formulação e execução de políticas mundiais em diversas áreas do conhecimento e das artes. Mais importante, que estudos dessa natureza não deixem de ser considerados relevantes, e que, ao apontarem para as possibilidades humanas de ação sobre o internacional, ainda possam trazer esperanças a jovens do mundo todo que optarem por fazer sua formação acadêmica em Relações Internacionais.

A pesquisa sobre a vida e obra de Paulo Carneiro foi feita em grande parte baseada na obra organizada por Maio (2004), “Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro” pois trata-se de uma coletânea que aborda muito bem a trajetória de Paulo desde a sua herança positivista; passando pela sua atuação como cientista, com os trabalhos no Instituto Pasteur e as iniciativas de cooperação científica no pós-guerra; à diplomacia da UNESCO. A obra traz ainda uma sessão de depoimentos de uma entrevista que Paulo Carneiro concedeu em 1979 no Museu da Imagem e do Som (MIS) onde discorre sobre sua infância, carreira e atuação em diversas áreas. Trata-se de uma sessão que a autora considerou especialmente muito rica pois ali percebe-se de forma mais concreta os aspectos pessoais e humanos de Paulo Carneiro.

Ainda foram utilizadas como base para esta pesquisa documentos disponibilizados na biblioteca digital da UNESCO (UNESDOC), entre eles um documentário intitulado: “Paulo Carneiro: espelho, memória” (2002), feito com o apoio do escritório da UNESCO no Brasil em homenagem ao centenário de nascimento de Paulo Carneiro; e artigos acessíveis pela plataforma SCIELO, no portal de revistas da USP, além de informações disponíveis nos site da Academia Brasileira de Letras, da Casa Oswaldo Cruz e da UNESCO.

Além da introdução e das considerações finais o artigo está dividido em três partes. A primeira parte trás referências ao estudo das Relações Internacionais e a construção de um referencial teórico para a disciplina, com destaque para as discussões sobre os níveis de análise, introduzidos por Kenneth Waltz. A segunda parte é constituída de um resumo ao estilo biográfico sobre a vida de Paulo Carneiro.

Por fim, a terceira parte se concentra na atuação de Paulo Carneiro junto a UNESCO, focando nos principais projetos em que esteve envolvido, como o da construção de um laboratório científico na Amazônia; a campanha para salvar os monumentos históricos da Núbia; sua participação como presidente da comissão responsável pela redação dos volumes da História do Desenvolvimento Cultural e Científico na Humanidade; seu envolvimento na criação do Dia Internacional da Tolerância e na instituição do aniversário de Buda como data comemorativa da UNESCO; suas ações de incentivo ao cinema novo no Brasil, entre outros.

Paulo Carneiro era cientista de formação e teve grande êxito e reconhecimento no seu campo de atuação, mas foi pelo seu trabalho na UNESCO que ficou mais conhecido. Paulo, apesar de ser um homem da ciência, tinha uma visão muito humana sobre os desafios de sua época, e tinha no positivismo sua base espiritual. Esteve preso na Segunda Guerra Mundial, e o que viu durante a guerra, em especial, os problemas éticos na ciência, o inspiraram à através desta organização intergovernamental, trabalhar pela construção da paz.

1. O homem ou o nível individual no estudo das Relações Internacionais: Limites e possibilidades

O estudo das Relações Internacionais tem se consolidado ao longo dos anos e velhas e novas teorias se misturam e se somam na construção de um referencial teórico que possa explicar os fenômenos que ocorrem no âmbito internacional de forma lógica e sistêmica. A elaboração de perspectivas teóricas próprias é parte importante no desenvolvimento da disciplina, que desde sua criação deparou-se com discursos e visões bastante conflitantes sobre o *modus operandos* do sistema internacional. Desde o primeiro grande debate, entre realistas e liberais, seguidos de outras tantas visões divergentes, mas em muitos momentos complementares, que a disciplina vem amadurecendo e ganhando forma.

A análise das Relações Internacionais enquanto área de conhecimento tem apenas um século, a primeira cadeira de Woodrow Wilson é de 1919, e surgiu no intuito de estudar as causas da guerra e os caminhos para a paz. De forma a consolidar a disciplina, a construção de perspectivas teóricas próprias, que possam explicar logicamente os fenômenos foi fundamental, e as discussões acerca desta construção foram marcadas por visões diversas e por momentos bem distintos. Segundo Jatobá (2013, p.5), RI é uma invenção do século XX, uma disciplina cujas origens são associadas aos esforços de intelectuais e líderes políticos das principais potências do mundo para restabelecer a ordem internacional após a Primeira Guerra Mundial.

O início dos debates teóricos sobre a disciplina foi marcado pelas divergências entre as visões liberal e realista da política internacional no entreguerras. Entre os anos 1950 e 1960, o debate se concentrou em questões metodológicas entre behavioristas e humanistas. Num terceiro momento um debate interparadigmático ocorreu entre os novos realistas e liberais e por perspectivas globalistas, expunha visões ainda mais inconciliáveis. O quarto debate teve origem nas últimas décadas do século XX girando em torno do positivismo e do pós-positivismo. O século XXI trouxe novas abordagens como o construtivismo social, questões de gênero, entre outros, ou seja, Relações Internacionais é uma disciplina ainda em construção.

Teorizar sobre uma disciplina tão vasta e que congrega tantos aspectos, entre eles, econômicos, políticos, históricos, sociológicos, com a característica peculiar de que as relações ultrapassam fronteiras, não é tarefa fácil. Na tentativa de criar um modelo que oferecesse um caminho para analisar esses fenômenos, e à época na tentativa de encontrar caminhos para se evitar a guerra, Kenneth Waltz, grande estudioso das Relações Internacionais¹, traz para a discussão o tema dos níveis de análise, o que muito contribuiu para as teorias de Relações Internacionais. Na obra *Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*, publicado pela primeira vez em 1959 e baseada na sua dissertação de doutorado, ele partiu do pressuposto de que para se explicar como construir a paz, deve-se compreender as causas da guerra e que estas causas são explicadas em três níveis que ele chamou de imagens. Segundo o próprio Waltz, este livro não apresentou uma teoria das Relações Internacionais, mas assentou

¹ Além de Kenneth Waltz, outros autores considerados relevantes para a introdução do debate sobre níveis de análise no campo de estudo das Relações Internacionais são Morton A. Kaplan e David Singer (BUZAN, 1995, 200-201). Juntos, os três autores inauguraram esse debate ainda tão atual e transversal no campo de estudo.

as fundações para que uma fosse elaborada. A intenção não foi construir modelos a partir dos quais fosse possível a dedução de políticas em prol da paz, mas a de fazer um exame dos pressupostos em que modelos existentes são baseados (RESENDE, 2004).

Para responder por que a guerra aconteceu, Waltz acreditava que as causas pudessem estar atreladas a estas três imagens que eram a do nível do indivíduo, a do nível do Estado, ou seja, as forças contidas na sociedade, nas estruturas burocráticas e institucionais, e a do nível do sistema, a anarquia do sistema como uma propulsora de reações nas unidades envolvidas.

No nível individual, as causas da guerra estariam na natureza e no comportamento egoísta do ser humano. Para a eliminação da guerra seria necessária uma mudança psicossocial do próprio homem. Waltz acreditava que ao se tentar explicar tudo pelo lado da psicologia, não se conseguia explicar nada, havendo a necessidade de uma análise política para complementar o quadro analítico.

O nível dos Estados, explica como a guerra se dá a partir da organização interna dos Estados, sendo na visão liberal, necessário corrigir os defeitos destes para se alcançar a paz. Para Waltz, entretanto, a visão liberal seria inadequada já que supunha a possibilidade da perfeição das unidades.

A anarquia internacional seria o objeto de estudo do nível sistêmico, e do próprio constrangimento estrutural que ela provoca, uma vez que sendo os Estados unidades com vontades próprias, e não havendo uma autoridade acima dos Estados, não haveria nada que impedisse a guerra.

Resende (2004, p. 185-186) resume o entendimento de Kenneth Waltz sobre cada um desses níveis:

De acordo com a primeira imagem, as causas mais importantes da guerra são a natureza e o comportamento do homem. As guerras resultam da estupidez e do egoísmo inerentes ao homem, as outras causas das guerras são secundárias e subordinadas a esses fatores. Para a eliminação da guerra é necessária uma mudança psicossocial do homem.

A segunda imagem está relacionada com a explicação das causas da guerra a partir da organização interna dos Estados. Nessa parte, apresenta-se Karl Marx, Emmanuel Kant e Woodrow Wilson como exemplos de pensadores que acreditam ser necessária uma reforma nos Estados, corrigindo seus defeitos, para se alcançar a paz.

A anarquia internacional é objeto de análise da terceira imagem. O filósofo político clássico no qual Waltz se concentra na discussão da terceira imagem é Jean-Jacques Rousseau, pois além desse destacar que as definições sobre a natureza humana são

arbitrárias, não possibilitando conclusões sociais e políticas válidas; ainda explica porque o Estado pode ser considerado uma unidade, completa de vontade e propósito. A ideia de Estado como ator unitário é uma premissa importante tanto no pensamento realista como no neo-realista.

Neste momento Waltz ainda não havia sido influenciado pela abordagem cientificista, mas nas décadas seguintes o realismo clássico passou a ser desafiado em pelo menos duas frentes: as novas metodologias behavioristas e quantitativas, e a importância crescente dos temas econômicos, colocando em xeque a centralidade dos Estados (JATOBÁ, 2013, p. 27). Waltz lança então as bases do realismo estrutural, ou neorealismo e publica em 1979, o que é considerado seu principal trabalho, *Theory of International Politics*.

Nesta obra, segundo alguns autores, Waltz considera a importância dos indivíduos e dos Estados sob a perspectiva das teorias reducionistas, enquanto que as teorias que concebem as causas operando num nível internacional, seriam teorias sistêmicas e passa a considerar as teorias reducionistas inadequadas para explicar o domínio dos fenômenos internacionais. A terceira imagem seria a que teria melhor capacidade de explicar as regularidades ou leis existentes na política internacional.

Para Waltz qualquer teoria, se for rotulada de sistêmica, deve mostrar como o nível sistêmico, ou da estrutura, é diferenciado das unidades; se isso não for mostrado claramente, então, não teremos nem uma abordagem sistêmica nem uma teoria sistêmica. Por exemplo, o exercício de análise das diferenças entre as várias estruturas internacionais ao longo do tempo deve omitir os atributos *stricto sensu* das unidades; só assim, sublinha o autor, é que se podem distinguir mudanças ou alterações na estrutura, de outras mudanças que acontecem ao nível interno das suas unidades. (LOBO-FERNANDES, 2013, p. 18)

O nível sistêmico é realmente o mais amplo nível de análise existente nas teorias atuais, incorporando a totalidade de interações que se dão dentro do sistema e a estrutura em que tais interações ocorrem, sendo possível realizar generalizações. Na mesma linha de Lobo-Fernandes (2013), Resende (2004) corrobora essa ênfase.

Buzan (1995), entretanto, já alertava para o risco de interpretação equivocada da obra de Kenneth Waltz ao se atribuir menor importância ao nível individual, alegando que Waltz tinha ciência de que as causas estruturais poderiam oferecer apenas uma explicação parcial aos resultados das análises interacionais.

Apesar de trazer este tema inicialmente sob a perspectiva de Waltz, muito se discutiu e se continua discutindo a respeito dos níveis de análise, e, muitos autores contribuíram para esta discussão, como David Singer, que em 1960 publica uma

resenha do livro de Waltz. Singer (1961) amplia a visão de Waltz quanto à análise sistêmica, apontando também suas falhas, como a da tendência a levar o observador a exagerar no impacto do sistema na atuação das unidades e a menosprezar o impacto das unidades no sistema, gerando abordagens deterministas. O nível de análise sistêmico também postula um alto nível de uniformidade no que diz respeito ao comportamento dos Estados.

Seguindo as premissas de Waltz e Singer a maioria dos estudantes de relações internacionais aceitam ao menos os três níveis de análise, indivíduo, unidade (Estado) e sistema, mas muitos autores criaram subdivisões entre um nível e outro, e ainda modelos fora do convencional.

Apesar de menos abordado nas teorias de Relações Internacionais, é inegável a contribuição de indivíduos nos processos políticos internacionais, seja por aspectos morais, pela capacidade de influenciar, pelo poder formal mediante outros, ou por gerarem fatos ou protagonizarem situações que ficaram para a história.

Das perspectivas teóricas das Relações Internacionais que abordam o tema, é mister registrar, ainda que apenas a título meramente indicativo e de forma complementar ao já exposto ao longo desta seção, que o debate sobre o papel do indivíduo nos níveis de análise das Relações Internacionais também guarda relação com os chamados debates pós-vestfaliano e pós-modernista ou pós-estruturalista, entre outros movimentos “pós-” a partir dos quais, com base em releituras históricas, questiona-se a premissa do Estado como ator central das relações internacionais. Como bem sintetiza Castro (2012, p. 408), “O Estado e sua *summa potestas* são focos de forte ataque da pós-modernidade, indicando que as formas como conhecemos, divulgamos e analisamos as Relações Internacionais estatocêntricas representam meras manipulações de postulados teóricos.”

Sobre o pós-modernismo, Castro (2012) esclarece que:

As contribuições da escola pós-modernista são significativas, não somente pelo uso desconstruído (Derrida) do discurso que mascara relações intrínsecas de poder e de controle generalizado, mas, especialmente, pelo uso indiscriminado do discurso da razão instrumental como meio de obstruir novas vozes, novos olhares sobre o conceito de “dissidência”.

Para Devetak (2005), uma das maiores implicações do pós-modernismo para o campo de estudo das Relações Internacionais, seria o convite ao reexame da

centralidade do Estado como modo predominante de subjetividade das relações internacionais mediante a reincorporação de perspectivas de atores e movimentos transversais que atuam fora e entre as fronteiras dos Estados.

Postmodernism makes several contributions to the study of international relations. First, through its genealogical method it seeks to expose the intimate connection between claims to knowledge and claims to political power and authority. Secondly, through the textual strategy of deconstruction it seeks to problematize all claims to epistemological and political totalization. This holds especially significant implications for the sovereign state. *Most notably, it means that the sovereign state, as the primary mode of subjectivity in international relations, must be examined closely to expose its practices of capture and exclusion. Moreover, a more comprehensive account of contemporary world politics must also include an analysis of those transversal actors and movements that operate outside and across state boundaries.* Thirdly, postmodernism seeks to rethink the concept of the political without invoking assumptions of sovereignty and reterritorialization. By challenging the idea that the character and location of the political must be determined by the sovereign state, postmodernism seeks to broaden the political imagination and the range of political possibilities for transforming international relations (DEVETAK, 2005, *apud* CASTRO, 2012, p. 408) (Ênfase da autora).

Nesse sentido, mais do que oferecer uma solução alternativa frente aos demais desenvolvimentos teóricos dos estudos das Relações Internacionais, reconhece-se o papel da pós-modernidade em abalar as estruturas ontológicas e epistemológicas da relação sujeito-objeto no campo de estudo:

Talvez a pós-modernidade, como paradigma escolástico, apenas reflita, de maneira corajosa e pouco entendida para o observador desatento, uma das principais características natas da política internacional, revelando as propriedades essenciais da relação sujeito-objeto atualmente com suas fragmentações e estilhaços. (CASTRO, 2012, p. 410)

Em leitura pós-vestfaliana sobre o tema da legitimidade do Estado como ente absoluto junto a instituições internacionais, a exemplo da UNESCO, a citação de Bastos Júnior (2017) a seguir pode ajudar a compreender melhor como a centralidade do papel do Estado nessas organizações limitou a compreensão acerca da existência de realidades de desigualdade radical entre os Estados.

Esta concepção jurídica da sociedade internacional como sendo estatalista (centrada na figura do Estado) guiou e condicionou os processos de adesão e participação em todas as instituições internacionais mais representativas. Somente os Estados plenamente soberanos são tratados como dotados das qualificações necessárias para sua completa associação e participação nestas organizações. Este modelo (supostamente) vestfaliano, sem maiores dificuldades, possibilita a acomodação de realidades de desigualdade radical entre os Estados, quer seja em relação ao tamanho, à riqueza, ao poder ou ao papel internacional (BASTOS JÚNIOR, 2017, p. 373).

Daí o impacto da centralidade do Estado no campo de estudo poder ser comparado a uma fonte de eclipse sobre outras possibilidades de leituras e análises, em

especial sobre o papel da agência, como a de Paulo Carneiro aqui explorada, nesse campo.

Entretanto, como enfatizado acima, a intenção aqui, considerando, em primeiro lugar, os limites do próprio debate dentro do pós-modernismo, amplamente caracterizado como “crítica pela crítica” e como sem capacidade “de apresentar alternativas conceituais e epistêmicas aos problemas citados” (CASTRO, 2012, p. 407), e em segundo lugar os limites de extensão pré-estabelecidos para este artigo, não é explorar a fundo o debate em torno do pós-modernismo, mas apenas destacar que esse debate é um pano de fundo teórico a partir do qual pode-se refletir criticamente sobre os níveis de análise em Relações internacionais.

2. Paulo Carneiro: Biografia

Paulo Estevão de Berredo Carneiro nasceu em 4 de outubro de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Filho de Mário Barbosa Carneiro e Maria Teodoro de Berrêdo Carneiro nasceu no seio de uma família positivista², o que moldou fortemente a sua personalidade. Teve sua educação em casa até ingressar no ensino superior e trabalhou como aprendiz de ferreiro, pois fazia parte de sua educação o valor a humildade. Paulo Carneiro vinha de uma família de aristocratas com grande projeção nos campos da ciência, da cultura, da política e da administração pública brasileira. Um dos seus padrinhos de batismo foi Cândido Rondon (FRAIZ, 2000, p.1125-1126). Foi casado com Corina de Lima e Silva, e teve dois filhos: Beatriz Clotilde e Mário Augusto.

Formado em química industrial pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, iniciou sua atividade profissional como professor de química e história natural, primeiramente como assistente de Julio Lohman ainda na graduação, o qual exerceu grande influência na sua carreira científica (CARNEIRO, 2004, p. 304; SÁ, 2004 p.45). Também atuou como químico no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e químico auxiliar no Instituto de Química, até que foi para Paris em 1927, com uma bolsa de estudos para realizar um doutorado na Sorbonne. Sua tese, como todas as outras que fez, se concentrou em problemas brasileiros, estudando sobre a planta do

² Desde a infância recebeu sólida educação positivista, que pode ser ilustrada por um caderno de caligrafia existente em seu arquivo, no qual copia ao longo de todas as suas folhas frases e máximas de Augusto Comte, tais como “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”; Os vivos são, e de mais em mais, governados pelos mortos”. (FRAIZ, 2000, p.1128)

guaraná, completamente desconhecida na época, e pode realizar seus experimentos no Instituto Pasteur, obtendo o título de doutor em 1931 (SÁ, 2004, p.46-47).

Ao retornar ao Brasil, em 1932 retornou a magistratura, e através de concurso público em 1933 tornou-se livre docente da cadeira de química inorgânica da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (MAIO, 2004, p.310). Trabalhou como chefe da Seção de Pesquisas Agrícolas e Industriais do Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, foi auxiliar técnico do gabinete do ministro da Agricultura Juarez Távora, diretor do Departamento de Matérias Primas Vegetais e Animais do Instituto Nacional de Tecnologia, do qual foi chefe do Laboratório de Química e Vegetal (BHERING; MAIO, 2010, p.440). Em 1935 foi convidado a assumir a secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco onde atuou por nove meses como Secretário. Paulo implementou políticas de reforma social no campo e suas ações foram alvo de muitas polêmicas e oposição da elite agrária de Pernambuco. Isto associado ao clima de repressão gerado com a revolta comunista de 1935 fez Paulo deixar a secretaria (FRAIZ, 2000, p.1129; MAIO, 2004, p.311). Malvisto nos meios políticos brasileiros por ter tentado uma renovação econômica e social em Pernambuco, retornou a Paris em 1936 com uma bolsa de pesquisa oferecida pelo Instituto Pasteur, com o apoio de seu mestre Gabriel Bertrand, onde desenvolveu pesquisas sobre o curare, recebendo por isso o prêmio Nativelle da Academia de Medicina de Paris, o que lhe rendeu grande prestígio. Sua descoberta contribuiu para esclarecer antigas discussões sobre a composição química do curare que perdurava, havia quase um século. Entre 1938 e 1944 foi assistente técnico do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França e seu vice-diretor nos dois anos seguintes (MAIO, 2004, p.311).

Paulo Carneiro era um apaixonado por Paris. Sobre Paris Paulo dirá mais tarde: “De mim para Paris e de Paris para comigo estabeleceu-se um diálogo permanente, um diálogo de todas as horas”. (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

Com a explosão da Segunda Guerra Mundial, quando Paris é ocupada em 1940, ele passa por momentos difíceis e relata:

Cheguei em Paris já intoxicado por Paris, não podendo me libertar de Paris. Com o tempo, esta ligação, esta intimidade não cessou de aumentar. Os anos de felicidade, de um convívio ameno, foram seguidos por anos de tormenta, em que Paris sofreu mutilações, injúrias que repercutiram em mim. (CARNEIRO, 2004, p. 281)

Quando o Brasil então rompe relações com a Alemanha, Paulo Carneiro é detido e levado preso para Baden-Baden por um período curto. Depois é levado a Lisboa e posteriormente, estando metade da França livre, vai a Vichy junto do Embaixador e amigo Francisco Souza Dantas, onde permanece até novembro de 1942. Quando a zona livre é também ocupada pelos alemães, eles são enviados para Bad-Godesberg, onde permanecem presos por quatorze meses, e são posteriormente trocados por diplomatas alemães. Paulo Carneiro somente retorna ao Brasil 1944 com a libertação da França (CARNEIRO, 2004, p.282).

De volta ao Brasil, Paulo Carneiro participou de muitos fóruns, ministrou conferências, muitas delas sobre a França durante a guerra, e foi induzido a participar de um grupo do Itamaraty que estava trabalhando na criação de uma organização nova, que pudesse ajudar a construir a paz através da educação, da ciência e da cultura, sem nome definido ainda. A guerra não havia oficialmente terminado, mas os Ministros da Educação dos países aliados já estavam em Londres reunidos neste projeto, e cabia a esta comissão brasileira, enviar sugestões a Londres no ano de 1944 (CARNEIRO, 2004, p.284). Quando a guerra termina, Paulo Carneiro retorna a Paris para reassumir seus trabalhos e logo recebe um convite para participar da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas em Londres, onde este projeto de criação desta nova organização seria finalmente constituído. É no ano de 1945, portanto, que é criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), agência com a qual manteve laços por mais de trinta anos, como representante do Brasil e membro do seu Conselho Executivo. Em 1946 foi escolhido delegado do Brasil na primeira Assembleia das Nações Unidas. Apesar de um químico importante, ficou conhecido mesmo como o Paulo Carneiro da UNESCO. (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

A matriz espiritual de Paulo Carneiro foi o positivismo. Augusto Comte, filósofo francês formulador da doutrina positivista, aplicou modelos das ciências naturais na investigação social e na história. Os positivistas acreditavam no primado das ciências, na dedicação a pátria e a humanidade, eram republicanos e abolicionistas, defendiam a separação entre a Igreja e o Estado. No Brasil atraiu pessoas formadas em áreas técnicas que surgiram como oposição a tradicional elite brasileira majoritariamente constituída por pessoas formadas em direito e militares. A doutrina de Comte influenciou a formação da república brasileira deixando na bandeira o lema:

Ordem e Progresso (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002). Como positivista comteano, Paulo Carneiro presidiu a Associação Internacional A casa de Augusto Comte de 1954 a 1980, que tinha como propósito reunir o mobiliário, arquivos e os documentos bibliográficos de Augusto Comte, na casa onde ele passou os últimos 16 anos de vida. (FRAIZ, 2000, p.1130). A criação desta instituição e a organização de todo o seu material e acervo foi feito pelo próprio Paulo Carneiro, utilizando inclusive recursos financeiros próprios e familiares, trabalho que iniciou já em 1927 quando chegava a Paris como bolsista. Entre idas e vindas a Paris, em 1939 havia inventariado por completo os arquivos. Em 1981, já doente, transfere a presidência da Associação ao seu irmão Trajano Carneiro, e dos manuscritos de Augusto Comte a Biblioteca Nacional da França (FRAIZ; REIS, 2004, p.67-80).

Paulo Carneiro faleceu no dia 17 de fevereiro de 1982 na cidade onde nasceu, o Rio de Janeiro. Entre tantos outros projetos em que esteve envolvido, foi correspondente do Institut de France, presidente da União Latina e em 1971 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

3. Paulo Carneiro: a dedicação à UNESCO

Representantes de 50 países aliados se reuniram em São Francisco nos Estados Unidos, nos dias 25 e 26 de junho de 1945, para discutir a criação de uma organização internacional capaz de prevenir a guerra (UNESCO, 2015, p.13). Como a Liga das Nações falhou neste propósito e o mundo vivia a Segunda Guerra Mundial, o presidente americano Franklin D. Roosevelt começou a discutir uma agência que substituiria a Liga das Nações e a conferência terminou com um acordo unanime que conduziu a Carta das Nações Unidas.

A carta das Nações Unidas entrou em vigor oficialmente em 24 de outubro de 1945 e seu artigo 57 previa a criação de uma agência especializada para a cooperação nas esferas educacionais e culturais, com o propósito de combater as ideias que levaram a guerra. Conseqüentemente, em novembro de 1945, representantes de 44 países se reuniram em Londres para o estabelecimento desta organização, e a proposta inicial foi a da sigla UNECO (sem o “s”) como designação (UNESCO, 2015, p.14-19).

As conversas de Paulo Carneiro com os cientistas britânicos, Joseph Needham e Julien Huxley, ambos profundamente comprometidos com o desenvolvimento da

cooperação internacional no campo científico, trouxeram a ideia da inclusão das ciências ao mandato desta organização (MAIO, 2004, p.11; ELZINGA, 2004, p.89). Eles acreditavam que os aspectos éticos insatisfatórios da ciência durante a guerra precisavam ser revistos e que as ciências sociais deveriam servir de base para os programas de cultura e educação. Foi assim que a delegação britânica propôs a inclusão da ciência no título da Organização, que ao término da conferência recebeu o nome de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Julien Huxley acabou se tornando o primeiro Diretor Geral da UNESCO.

Conforme preâmbulo de Constituição da UNESCO:

Os Governos dos Estados Partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram: Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz; Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras (...) Em consequência, eles, por este instrumento criam a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional, e do bem-estar comum da humanidade, para os quais foi estabelecida a Organização das Nações Unidas, e que são proclamados em sua Carta. (UNESCO, 2002)

Certamente os acontecimentos em Hiroshima e Nagasaki, e os horrores ocorridos nos campos de concentração contribuíram para que os delegados aprovassem rapidamente a nova Organização. A importância do papel dos cientistas, da colaboração científica, e do intercâmbio de conhecimento científico no pós-guerra, ficou muito bem explicitada pela ministra da educação britânica, Ellen Wilkinson, nas negociações para a fundação da UNESCO:

Nos dias que correm, quando todos nos indagamos, talvez de forma apreensiva, sobre o que os cientistas nos farão a seguir, é importante que eles estejam ligados intimamente com as ciências humanas e sintam que têm perante a humanidade a responsabilidade quanto aos resultados de seu trabalho (apud Sewel, 1975:78-70). (ELZINGA, 2004, p. 97).

Já durante as negociações em Londres, se percebiam dois caminhos para a constituição da organização. A posição francesa era favorável a criação de uma instituição com força não-governamental com um modelo mais disposto a incorporar novas forças democráticas. A posição anglo-norte-americana era mais pragmática e alinhada aos interesses das grandes potências, de uma organização de âmbito mundial controlada pelos Estados-membros, ou seja, intergovernamental. A decisão majoritária dos membros da Conferência Geral foi de que seriam os Estados os responsáveis pela

organização. O estatuto da UNESCO lhe conferiu a qualificação de agência especializada dentro do sistema das Nações Unidas, o que lhe dava autonomia de atuação (ELZINGA, 2004, p.94-95).

A relação de Paulo Carneiro com a UNESCO remonta a 1945, quando da assinatura do seu ato de constituição. Em 1946, é convidado pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves Fontoura, para tornar-se delegado permanente do Brasil junto à UNESCO, cargo que ocupou até 1958, atuando depois como embaixador até 1965 (GOES FILHO; ARAÚJO, 2004, p.183). Um ano após o golpe que derrubou João Goulart, Paulo Carneiro foi destituído da representação da UNESCO. O pretexto foi o seu filho Mario, que foi detido no Brasil com um grupo de oito intelectuais protestando contra a ditadura militar e o governo do presidente Castelo Branco. Paulo Carneiro foi exonerado dias depois já que o objetivo do governo era eliminar de um posto muito importante um possível elemento suspeito (CARNEIRO, 2004, p. 298). Imediatamente a UNESCO convoca Paulo para o seu Conselho Executivo, papel que exerceu por 28 anos, a mais longa permanência de alguém no conselho, podendo mesmo após o desligamento obrigatório da delegação do Brasil junto à organização, participar das conferências gerais subsequentes.

Paulo Carneiro quando aceita ser o delegado do Brasil junto à UNESCO: “Aceitei pensando que podia partilhar o meu tempo entre o Instituto Pasteur e a Unesco, mas verifiquei que a Unesco era voraz. Então adotei uma expressão que os cientistas usavam de que a ciência é monogâmica, não permite infidelidades”. (CARNEIRO, 2004, p. 285). Motivado por esta fase de renovação política através de organismos intergovernamentais, e impactado pelo que viu durante a guerra, Paulo Carneiro opta por se dedicar à UNESCO e a construir a paz através da cultura.

É do embaixador José Israel Vargas, em evento realizado em 2001, em comemoração ao centenário de nascimento de Paulo Carneiro, o seguinte pronunciamento:

Podemos dizer que a sua vida se confunde com os projetos e as causas da Unesco, cuja grande missão, deveria ser, segundo ele, a realização da paz entre os homens, fundada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. Ele afirmava que o problema mais importante para a paz era encontrar uma unidade fundamental dos sentimentos, pensamentos e atos, ou, noutros termos, uma certa homogeneidade na diversidade que resultasse numa opinião pública favorável a um esforço construtivo. Num mundo dividido entre tantas doutrinas, é preciso, dizia ele, buscar a unidade por meio da aliança de todas elas num programa mínimo comum. É preciso, enfim, buscar um

terreno de concórdia que, para ele, ganhava na Unesco sua expressão mais clara. (MAIO, 2004, p. 246).

O primeiro projeto com o qual Paulo Carneiro esteve envolvido na UNESCO, mas que acabou não se concretizando, foi o de criação de um centro de pesquisas na Amazônia envolvendo países com interesse na região. O projeto foi inserido no programa científico da UNESCO através do Comitê de Ciências Naturais, sob a coordenação de Joseph Needham. As preocupações de Paulo com a Amazônia vinham desde o ano 1930 quando, na condição de pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia, apresentou um plano de modernização do plantio e comercialização da borracha e da castanha na região amazônica ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A proposta do Instituto da Hiléia Amazônica vinha de encontro do debate acerca da redefinição do papel da ciência e da atuação dos cientistas no interior da UNESCO. (MAIO, 2005, p.118).

Joseph Needham tinha uma visão de que era preciso, através da UNESCO, trazer a ciência do centro para a periferia, já que nos países subdesenvolvidos, o isolamento, o reduzido número de cientistas, as barreiras sociais e culturais e a falta de apoio do poder público deviam-se a circunstâncias históricas, cabendo aos cientistas dos países desenvolvidos cooperarem com estas regiões periféricas. (MAIO, 2004 p.149). Desta forma, foi aprovada na Conferência anual de 1946 o projeto Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) e a criação de escritórios de cooperação científica da América Latina, Ásia e África, ficando o escritório da América Latina responsável por implementar o IIHA. (MAIO, 2005, p.119). Needham, com a aprovação de Huxley, convidou o britânico Edred John Henry Corner para assumir o escritório da América Latina. Paulo Carneiro e outros representantes latino americanos se opuseram à indicação pela falta de familiaridade dele com a América do Sul. Paulo Carneiro alertou Huxley, diretor-geral da UNESCO: “Não esqueça, senhor diretor-geral que os países sul-americanos são bastante exigentes e não apreciam ter a impressão de serem tratados como colônias às quais são enviadas missões de estudo das quais eles não façam parte deste o início”. (MAIO, 2005, p.120). A ideia de Paulo era a de que um cientista latino-americano, que conhecesse a região estivesse à frente do projeto.

Além disso, com a primeira Conferência Geral, o projeto de Paulo Carneiro que era originalmente de um centro de pesquisa, acabou incorporando diretrizes nas áreas de educação, cultura e saúde. Esse novo escopo preocupou a Divisão de Ciências

Naturais da UNESCO, na medida que transcendia suas competências. O relatório de Edred John Henry Corner sobre as alterações no projeto também foi de certa forma negativo.

A partir do momento em que se procurou transformar uma demanda internacional (criação de um amplo centro de pesquisas) em projeto para solucionar problemas de uma região ávida por políticas públicas voltada para o desenvolvimento regional, a direção geral da Unesco se viu diante de pressões, especialmente dos Estados Unidos. Os latino-americanos tinham um peso político expressivo no início da Unesco como se pode verificar não apenas pelos receios da direção da Unesco de criar qualquer tipo de susceptibilidade entre esses países, mas também pelo volume de recursos aprovados (cem mil dólares) para o projeto IIHA na segunda sessão da Conferência Geral da Unesco realizada na Cidade do México, em novembro de 1947, a despeito da oposição norte-americana. (MAIO, 2005, p.121).

No cenário internacional, estes fatos, atrelado a atos inconclusivos de alguns países, como Bolívia, Equador, Peru e Colômbia; instabilidade política; desencontro de informações; possibilidade financeira limitada da UNESCO; desconfianças acerca dos propósitos da organização; disputas políticas pela hegemonia do projeto, entre o Brasil e o Peru; países que não atribuíam importância ao evento, como a Holanda a Inglaterra e os Estados Unidos; entre outros, revelavam as fragilidades da proposta. (MAIO, 2004, p.154).

No cenário doméstico, o projeto era visto com desconfiança por grupos nacionalistas que temiam a apropriação internacional da Amazônia. Mas o que ocorreu foi que mesmo antes de Paulo Carneiro apresentar a proposta deste projeto a UNESCO, ele havia enviado ao presidente Getúlio Vargas um projeto exclusivamente brasileiro de estudos amazônicos com a participação de cientistas estrangeiros, mas sob responsabilidade e controle do governo brasileiro. Paulo ressaltava a importância de se realizarem pesquisas no campo da botânica, da zoologia, da química, da geologia, da meteorologia, da antropologia, da medicina e das populações indígenas locais. O parecer das áreas que examinaram o documento foi de recusa. Quando Paulo Carneiro vai atuar como delegado brasileiro na UNESCO uns dois anos depois, e estando a organização discutindo a cooperação nos campos científicos, Paulo Carneiro apresenta o projeto à primeira comissão científica da UNESCO e com o apoio inicial do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, autoriza o diretor geral a promover estudos para a criação de um instituto internacional de pesquisas para a Hiléia Amazônica, em consulta com os Estados-Membros da região (CARNEIRO, 2004, p.286). Com isso, o projeto foi discutido no Brasil e demais países interessados que enviaram respostas favoráveis. Foi criada uma comissão para elaborar uma convenção

para executar o projeto. O projeto foi assinado pelo presidente Dutra, após parecer jurídico favorável, e seguiu para análise do Congresso. Na época o país estava coincidentemente em torno do dilema do “Petróleo é nosso”, e criou-se o slogan “A Amazônia é nossa” (CARNEIRO, 2004, p.287). Os problemas do petróleo acabaram tornam-se os problemas da Amazônia, e uma campanha acusando Paulo Carneiro de tentar vender a Amazônia, acabou tornando o enredo bastante negativo. O projeto ainda recebeu aprovação do general César Obino, chefe Maior das Forças Armadas do país, mas acabou engavetado. De fato, as dificuldades políticas enfrentadas no Brasil, somado a falta de experiência política da UNESCO no início de suas atividades, levaram ao fracasso do projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Apesar da não concretização do projeto, trouxe a Amazônia para o centro dos debates nacionais, o que acabou culminando na criação do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, o INPA (GÓES FILHO; ARAÚJO, 2004, p.185). Independente das questões políticas e da forma como o projeto caminhou dentro da UNESCO, a tentativa de implementação do IIHA demonstra a visão universal e a tentativa de um projeto de ação mundial de concepção deste brasileiro.

A maior proeza de Paulo Carneiro, e que projetou as questões do patrimônio para o mundo, foi o da salvaguarda dos monumentos da Núbia. O projeto iniciou-se quando o Ministro da Cultura do Egito entrou em contato com a UNESCO em 1949 para verificar a possibilidade de uma cooperação internacional para salvar os monumentos da Núbia que seriam inundados devido à construção da barragem de Assuã.

Paulo Carneiro partiu para o Egito onde foi recebido pelo presidente Nasser que colocou à sua disposição o próprio iate para que navegasse pelo Nilo por 5 dias, acompanhado de arqueólogos e etnógrafos egípcios, para que fizessem o reconhecimento do que merecia ser salvo. Paulo Carneiro se comprometeu a lançar uma campanha internacional para reunir fundos para este projeto, e os primeiros apelos ocorreram nas Conferências de 1950, 1951 e 1952. A campanha deu muito certo e foram doados 40 milhões de dólares através de contribuições voluntárias (privadas e públicas), não sendo necessário utilizar a contribuição regular dos Estados membros à UNESCO. Só os Estados Unidos doaram quase metade do montante (CARNEIRO, 2004, p. 289).

Paulo Carneiro tornou-se o presidente da Comissão de Preservação dos Monumentos na UNESCO. Como um homem muito diplomático, relata que foi aos Estados Unidos cobrar parte dos recursos oferecidos, pois as obras não podiam atrasar, e eis que a embaixada americana no Cairo foi apedrejada e queimada, sendo o momento péssimo para cobrar qualquer quantia do governo americano. Paulo retorna a Paris e vai imediatamente ao Egito conversar com o presidente Nasser:

Presidente, estou com uma incumbência muito penosa. É de lhe pedir que, quando tiver que destruir uma embaixada americana, me avise previamente, para que eu não chegue aos Estados Unidos no próprio dia, o que é totalmente incompatível com a minha missão. Para salvar a situação seria necessário que o senhor escrevesse uma carta ao presidente Kennedy dizendo, de um modo categórico, que o senhor reputa a contribuição americana para salvação dos monumentos da Núbia como um assunto prioritário. (CARNEIRO, 2004, p. 290).

De fato, a situação foi posteriormente resolvida e os monumentos inventariados foram todos salvos. Abertos à visitação, ninguém se dá conta que foram cortados em milhares de pedaços e reajustados com precisão. Foi realmente um esforço internacional imenso de cooperação voluntária. A campanha demonstrou que a UNESCO poderia tomar a liderança, não somente em conceitos culturais, mas na proteção adequada do patrimônio.

O sucesso foi tanto que na Conferência Geral de 1978, Paulo Carneiro apresentou duas moções que foram aprovadas com unanimidade. Uma era a de estender a missão do comitê de Preservação dos Monumentos, que Paulo presidia desde 1960, para concluir as obras em curso e outra para que este comitê promovesse a construção de um museu em Assuã, que reunisse tudo que foi descoberto nas escavações realizadas ao longo do Nilo (CARNEIRO, 2004, p.291).

O projeto no Egito se tornou tão conhecido que a UNESCO passou a receber outras solicitações, como para a restauração do tempo budista de Borobudu na Indonésia, que estava extremamente comprometido pela ação do tempo, da umidade e de tremores de terra. Ainda houve objetos de reconstrução na Tunísia, na Argélia, na Síria, entre outros. Na América Latina o primeiro país a receber auxílio foi o Peru, em Cuzco. A Convenção do Patrimônio Mundial que é de 1972, só foi ratificada no Brasil em 1978, e os primeiros pedidos à UNESCO vieram do Museu Nacional, e posteriormente da Bahia, com o Pelourinho (CARNEIRO, 2004, p.292). A Convenção é hoje o instrumento internacional da UNESCO que obteve a adesão de mais Estados-

membros, num total de 191 países. Ainda em 1972 foi criado o Fundo do Patrimônio Mundial, que recebe seus recursos essencialmente das contribuições compulsórias dos Estados-membros, totalizando 1% de seus aportes à UNESCO, e de contribuições voluntárias. Trata-se de uma convenção única, por combinar os conceitos de conservação natural e de preservação de bens culturais. A Lista do Patrimônio Mundial atualmente inclui 1.121 sítios (213 Naturais, 869 Culturais e 39 Mistos) em 161 Estados-partes. (UNESCO).

Outro projeto importante com o qual Paulo Carneiro esteve diretamente ligado foi o da História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade, idealizado pelo Diretor Geral da UNESCO, Julian Huxley, que tinha como o objetivo retratar a história da humanidade pelo aspecto do desenvolvimento cultural e científico, em oposição a fatores puramente econômicos ou militares. A ideia despertou grande interesse e Paulo Carneiro foi escolhido para ser um dos participantes da comissão preparatória deste projeto. Um grupo de pesquisadores foi selecionado e todas as sugestões que trouxeram foram reunidas e discutidas e dali saiu um esboço do plano, em que se constituiria uma comissão que teria um presidente, o diretor-geral, historiadores, cientistas e pesquisadores em uma distribuição geográfica equitativa. Esta comissão foi formada em 1950 e Paulo eleito como presidente. Ele foi o responsável por organizar o projeto e distribuir tarefas entre consultores do mundo inteiro. Chegou-se a ter trezentos consultores especiais, entre eles, no Brasil, Miguel Osório de Almeida, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, que contribuíram em graus diversos. Em cada país formou-se grupos que enviam propostas e sugestões. (CARNEIRO, 2004, p.294).

Ao mesmo tempo foi lançada uma revista em quatro publicações ano, chamada Cadernos de História Mundial, e cujos artigos contribuíram como subsídios para os textos do projeto. A revista foi publicada por quatorze anos seguidos. Com base nas consultas e nestes artigos, um primeiro texto preliminar circulava entre os vários consultores para receber comentários e críticas, e muitas vezes recebiam notas contraditórias com o texto base. Desta forma, ao lado da redação do responsável por aquele volume, encontravam-se notas em oposição a algumas interpretações de fatos históricos, feitas por historiadores de igual mérito. Esta primeira edição, composta de seis volumes, ficou pronta em torno de 1960, e trazia registros que vinham desde a pré-história até aquele momento presente (CARNEIRO, 2004, p.294).

Em 1º de setembro de 1958 em um informativo escrito ao diretor geral por Paulo Carneiro em ocasião da Conferência, ele explica a meticulosa revisão da maior parte dos volumes que se fez necessário em face aos comentários e sugestões dos membros da Comissão Internacional, dos assessores designados e das Comissões Nacionais da UNESCO. Estas últimas enviaram os textos que receberam para a análise de grupos de historiadores e acadêmicos de seus países. Os comentários recebidos refletiam tanto as grandes correntes filosóficas da história do século XX como os resultados mais recentes das investigações históricas. Tais manifestações demonstraram o interesse que se despertou por esta obra nos meios culturais, e revelou a grande diversidade de opiniões em que se baseavam os historiadores a respeito do desenvolvimento científico e cultural da humanidade. Paulo cita neste informe que as maiores críticas se refletiam na forma como foi apresentada a história dos países do oriente, a complexidade do trabalho a que se haviam proposto, e do tempo para a finalização desta obra, que agora via como insuficiente. Entretanto, Paulo via essas objeções como a maior prova de que o método de consultas era necessário e que havia dado frutos, e que com relação à primeira edição da História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade eles haveriam que se contentarem com uma aproximação, muitas vezes insuficiente, da realidade histórica e que teriam que voltar a trabalhar em edições posteriores nos pontos sujeitos a controvérsias. Paulo Carneiro solicitou a Conferência Geral que prorrogassem o prazo de entrega dos manuscritos revisados a editora para o final de 1960. (CARNEIRO, 1958)

Deseja a UNESCO trazer a lume uma tolerância bibliográfica abrangendo o intervalo de sete anos em que a guerra e as suas consequências paralisaram todo o intercâmbio cultural e provocaram um isolamento sem precedentes na produção científica e literária de diversos países do globo. (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

Logo que lançada a primeira edição já começaram a trabalhar em sua reedição, retomando-a do começo ao fim e com complementos a cada volume. O volume sobre a pré-história, por exemplo, recebeu várias retificações com novas descobertas feitas na China, na Sibéria, no Brasil. Datas foram mudadas em virtude de medições mais precisas de carbono, de silício e outros elementos. Historiadores africanos trabalharam na segunda edição, já que na primeira edição os africanos ainda não estavam emancipados e o que se referia à África tinha sido escrito por institutos franceses, ingleses e alemães. A China não fazia parte da UNESCO na época e houve omissões. O

mundo árabe tinha objeções nas interpretações religiosas segundo palavras do Corão. Trabalhou-se na atualização de várias ideias, e Paulo Carneiro manteve-se à frente deste grande projeto (CARNEIRO, 2004, p.294-295).

Ainda sobre a História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade, Paulo Carneiro cita em seus relatos que se criou uma campanha surda, alegando que a comissão era formada por ateus. Esta campanha ia tomando corpo no Instituto Católico Francês que era muito poderoso na França. Paulo Carneiro procurou o núncio apostólico, o futuro papa João XXIII, monsenhor Roncalli, e expôs a ele a situação. Monsenhor Roncalli pediu a Paulo que aceitasse o convite do reitor do Instituto Católico Francês para um debate. Para espanto e ternura de Paulo, o próprio monsenhor Roncalli presidiu o debate e liquidou o assunto em uma hora de discussão. (CARNEIRO, 2004, p.299).

É desta boa relação com monsenhor Roncalli, e a pedido do papa Pio XII, que Roncalli se torna representante da Santa Sé junto a UNESCO. Uma ação de iniciativa de Paulo Carneiro, já que juridicamente seria o Vaticano a ter um observador, e não há Santa Sé em si (CARNEIRO, 2004, p.300). Foi também com monsenhor Roncalli que Paulo redigiu a primeira resolução sobre a tolerância aprovada na Conferência Geral de 1995, e instituindo o dia 16 de novembro, o Dia Internacional da Tolerância. O aniversário de Buda, também uma das datas celebradas pela UNESCO, foi sugestão de Paulo Carneiro, demonstrando mais uma vez seu caráter tolerante e universal (MAIO, 2004, p. 11).

Paulo Carneiro ainda tentou lançar um projeto de um fundo internacional para a educação, a ciência e a cultura destinado a acelerar o processo de cooperação internacional com os países do chamado terceiro mundo. A medida proposta na conferência de Montevideú, em 1954, e na da Índia, em 1955, recebeu apoio de muitos países, mas a negativa veemente dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e de seus satélites ricos. Um motivo maior do projeto não ter sido aprovado, estava no fato de que a maioria com que Paulo contava era muito pequena, porque os estados africanos ainda não estavam na UNESCO. Esse cenário com o passar do tempo mudou, e países pobres em número maior começaram a poder impor a minoria rica decisões que antes eram recusadas. Então, na conferência de 1962, lançou o projeto intitulado Organização Racional da Paz. O projeto era em primeiro lugar um esforço para libertar o exame do

problema da paz dos constrangimentos políticos que ele sofre, já que as pressões políticas são um dos fatores determinantes da estagnação em que se encontravam os estudos sobre a paz. Segundo ele, “a paz é um estado sociológico que deve ser criado pondo em jogo as mais diversas forças sociais”. Paulo sugeriu que um grupo de estudiosos fizesse um exame meticoloso de todas as condições necessárias para que se pudesse criar um sistema de paz universal, não criado por uma convenção ou decreto, mas que surgisse de uma renovação intelectual, moral e educacional. (MAIO, 2004, p.296 e 297). O problema da paz não foi solucionado até hoje, mas também demonstrou os esforços de Paulo Carneiro na construção de um mundo mais equitativo e pacífico.

Ainda na década de 1950, Paulo Carneiro exerceu um papel importante na decisão da UNESCO de realizar um estudo sobre as relações raciais no Brasil e que foi muito importante para as ciências sociais do país (MAIO, 2004, p.158).

O prédio da UNESCO em Paris, que teve no projeto Lucio Costa como consultor, foi uma iniciativa sugerida por Paulo Carneiro (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

Na área ambiental, Paulo Carneiro esteve envolvido na criação do programa O Homem e a Biosfera onde as primeiras discussões sobre desenvolvimento sustentável surgiram. (MAIO, 2004, p.12)

Também se empenhou na construção da Casa do Brasil, para abrigar universitários brasileiros que iam estudar em Paris. Teve participação no projeto que trouxe ao Brasil cientistas de alto nível quando da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). (MAIO, 2004, p.12). Paulo Carneiro ainda abriu as portas do futuro para os jovens cineastas do cinema novo brasileiro. Foi doada pela UNESCO, a primeira câmera, a primeira mesa de montagem, o primeiro gravador profissional, e desenvolvido um curso com o que tinha de mais moderno no mundo do cinema, entre tantas outras atividades em que esteve envolvido. (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

Paulo Carneiro era realmente um brasileiro universal, e um admirador da Organização com a qual manteve uma longa relação.

Tive a felicidade de viajar a serviço da Unesco. De país em país entrando em contato com as suas elites e ao mesmo tempo tendo um campo de observação dos estados de civilizações desse grande mosaico humano que é o mundo de hoje, em níveis de cultura

e civilização tão diversificados, e que me serviam de base para comparar com o próprio problema brasileiro. Quando se sai da Índia todos os problemas brasileiros parecem ser de uma simplicidade extrema, porque lá tudo isso é multiplicado por 400 milhões, e isso encoraja também. Mas ao mesmo tempo a minha sensibilidade se foi aguçando diante da miséria humana, dos sofrimentos humanos, das esperanças humanas, dos desesperos que se foram multiplicando através de cada viagem, de cada contato. Até que hoje me sinto um homem integrado na comunidade humana, na comunidade internacional (...). Devo muito a Unesco, não só por ter me permitido colaborar e dar de mim mesmo o melhor que possuo em devoção, em esforço intelectual, em esforço criativo, mas por ter recebido esse impacto do nosso tempo por intermédio das suas melhores personalidades, das suas melhores personificações. (CARNEIRO, 2004, p. 302).

Segundo o Embaixador Jose Israel Vargas, a marca de Paulo Carneiro era a sua tolerância intelectual e ideológica, a vocação da liberdade de ação e pensamento, a civilidade e o espírito público, o profundo amor pelo Brasil. Como positivista adotou a menos prestigiada divisão da Revolução Francesa, a fraternidade. Foi pacífico, valorizou o papel da mulher, enalteceu a cultura. Por tudo isso muitos o conheciam por Monsieur Unesco, um dos brasileiros mais universais do século XXI. (PAULO CARNEIRO: espelho, memória, 2002).

Paulo Carneiro dedicou grande parte da sua vida a UNESCO, organização com a qual pode colocar em obra sua essência universal, humana e conciliadora. Demonstrou ser um grande orador e diplomata e atuou em questões globais importantes até hoje. Paulo Carneiro traz para o estudo das Relações Internacionais, um exemplo de inspiração profissional aos estudantes da disciplina e profissionais do setor.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo conhecer mais da vida, em especial da atuação junto a UNESCO, do brasileiro Paulo Carneiro. Paulo que esteve a serviço da UNESCO por quase trinta anos, atuando nas mais diversas áreas de mandato desta Organização, teve destacado papel na implementação de políticas internacionais válidas até hoje, deixando uma inegável contribuição à humanidade. Apesar de sua intensa e destacada participação no âmbito internacional na sua época, os estudos sobre ele no campo das Relações Internacionais são praticamente inexistentes. A autora acredita, baseada em autores como Buzan, que isso se dá devido a uma equivocada compreensão na construção teórica da disciplina, de que o nível individual seria menos importante como nível de análise nas Relações Internacionais, e até mesmo devido a um desinteresse geral por contribuições neste nível por parte dos estudiosos da área.

A questão dos níveis de análise trazida primeiramente por Keneth Waltz nos anos 1959 contribui para a fundação de Teorias das Relações Internacionais, num momento em que este campo de estudo ganhava forma. Segundo Waltz, para se construir a paz, deve-se compreender as causas da guerra e que estas causas são explicadas em três níveis que ele chamou de imagens (Indivíduo-Estado-Sistema). O campo de estudos das Relações Internacionais se debruça até hoje em analisar os níveis de análise, outros modelos mais complexos já foram apresentados, mas ao menos esses três níveis são amplamente aceitos pelos estudiosos e analistas da área. A divergência entre a concepção de que o nível individual seria o menos importante e a de que não há um nível dominante, existe, e, faz parte da discussão e amadurecimento do referencial teórico da disciplina até hoje.

O fato é que Paulo Carneiro teve uma vida dedicada a causas internacionais e sua atuação no meio é fonte de inspiração e exemplo. De químico renomado a diplomacia da UNESCO, passando pela experiência de viver uma guerra, Paulo Carneiro teve uma trajetória dedicada a promoção do Brasil e dos temas brasileiros no exterior, mas principalmente a promoção de uma cultura universal, humanista e de construção da paz, tema este, caro a comunidade internacional à época e ainda tão atual.

Paulo Carneiro participou das primeiras discussões que antecederam a criação da UNESCO e esteve presente na assinatura do seu ato constitutivo, atuando como delegado e embaixador do Brasil junto à Organização e membro de seu Conselho Executivo. Se envolveu em projetos no intuito de desenvolver uma cultura científica mundial, de salvaguardar o patrimônio histórico, de compilar a história do desenvolvimento cultural e científico da humanidade, entre tantos outros, que lhe trouxeram respeito, admiração e prestígio dentro e fora desta Organização.

Fundamentada na ideia de que é necessário estimular o estudo sobre o papel de pessoas que como ele contribuíram e promoveram mudanças no âmbito internacional em suas áreas de atuação, atuando como agentes influenciadores de seu meio, e considerando o nível individual como mais um fator de soma na análise de eventos internacionais, a autora espera ter podido contribuir com a ideia de que estudos desta natureza são importantes para o campo das Relações Internacionais estimulando a compreensão dos alunos e estudiosos da área sobre o papel individual na análise do sistema.

A autora também espera que tenha sido possível ao longo do artigo, ter conseguido fazer-se perceber o caráter humano, diplomático, coerente e universal de Paulo Carneiro, a importância de suas contribuições, e acima de tudo, a forma generosa e dedicada com que trabalhou pela promoção da ciência e da cultura, pelas suas convicções e pela construção de um mundo melhor baseado no entendimento, no respeito entre os povos e na paz.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Paulo Carneiro**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/paulo-carneiro>>. Acesso em: 20/01/2020.

BASTOS JÚNIOR, Luiz Magno Pinto. Rever ou romper com Vestfália? por uma releitura da efetiva contribuição dos acordos de paz de 1648 à construção do modelo vestfaliano de Estados. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 1, p. 357-376, 2017.

BHERING, M.; MAIO, M. Entre Ciência e política: o positivismo de Paulo Carneiro na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco (1935). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.5, n.2, p.435-451, maio-agosto, 2010.

BUZAN, Barry. The level of analysis problem in international relations reconsidered. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Eds.) **International relations theory today**. Cambridge: Cambridge Polity Press, p. 198-216, 1995.

CARNEIRO, Paulo. **Relatório bienal do Presidente da Comissão Internacional de História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade**. UNESCO: 1958. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160605_spa?posInSet=26&queryId=a56152b5-4214-4b8b-b95a-adfc9f05633d>. Acesso em 03/03/2020.

CARNEIRO, Paulo. **International Hylean Amazon Institute: suggestion presented to the Executive Board**. UNESCO: 1947. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000126738?posInSet=17&queryId=1fe16ee5-325b-407e-8823-70c29d504f96>>. Acesso em: 29/02/2020.

CARNEIRO, Paulo. Depoimento: Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, cientista brasileiro, cidadão do mundo. In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e**

Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro.** Disponível em: <<http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/paulo-carneiro>>. Acesso em 02/02/2020.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2012.

ELZINGA, Anat. A Unesco e a política de cooperação internacional no campo da ciência. In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

FRAIZ, Priscila. O acervo da família Carneiro: fonte para o estudo do pensamento e da prática filosófica, política e científica brasileira nos séculos XIX e XX. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, vol.6, p.1125-1133, 2000.

FRAIZ, Priscila; REIS, Eduardo Q. Paulo Carneiro e a Casa de Augusto Comte. In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

GÓES FILHO, Paulo de; ARAÚJO, Francisco B. Noções de ciência internacional e nacional: as trajetórias de Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho. In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

JATOBÁ, D.; Lessa AC.; Oliveira H. (Coord). **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **O baile do monstro: o mito da paz de vestfália na história das relações internacionais modernas.** História [online]. 2010, vol.29, n.2, pp.221-232. ISSN 1980-4369. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200012>>. Acesso em: 13/03/2020

LOBO-FERNANDES, Luís. Uma teoria nomotética da política internacional ou a construção da verdade em Waltz: algumas considerações. **Relações Internacionais**, n. 39, p. 15-24, set. 2013.

MAIO, Marcos Chor (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

MAIO, Marcos Chor. Demandas globais, respostas locais: a experiência da Unesco na periferia no pós-guerra (1946-1952). In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 115-130, 2005.

PAULO CARNEIRO: espelho, memória. Produção: Silvio Tandler. Brasil: CALIBAN, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/archives/multimedia/document-585>>. Acesso em: 20/01/2020.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 185-187, (Jun) 2004.

SÁ, Magali Romero. Paulo Carneiro e o Curare: em busca do princípio ativo. In: Marcos Chor Maio (Org.). **Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

SINGER, David. **The level of analysis problem in International Relations**. World Politics, v.14, n. 1, 1961.

UNESCO. **De ideias a ações: 70 anos da UNESCO**. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura; Paris: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasil: 2002. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>>. Acesso em 02/02/2020.

UNESCO. **Candidates for election to Executive Board: Curriculum Vitae, Professor Paulo de Berrêdo Carneiro (Brazil)**. Unesco: 1954. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162871?posInSet=6&queryId=1fe16ee5-325b-407e-8823-70c29d504f96>>. Acesso em: 18/02/2020.